

O dr. Renato da Costa Lima, presidente da Sociedade Rural Brasileira, informou que a campanha recentemente desenvolvida para as eleições da Junta Administrativa do I. B. C. representou o ponto de partida para um amplo movimento de renovação dos quadros dirigentes da entidade a que preside. Esse movimento entrará agora em sua segunda etapa, com a criação de novos Departamentos e com a inclusão de novos diretores, representantes das alas mais moças da lavoura, na direção da S. R. B. A etapa final será a eleição em março de 1963 de um presidente das novas gerações para substituir o dr. Costa Lima, que não pretende candidatar-se à reeleição.

Comentando esses fatos, o dr. Costa Lima afirmou:

"Um dever fundamental dos que detêm alguma parcela de responsabilidade na liderança da classe agrícola é o de zelar para que se formem e se projetem novos líderes, não só capazes de substituir os atuais como também talvez mais sensíveis às aspirações dos produtores dentro das circunstâncias econômicas e sociais que estão sempre se alterando e se renovando. Na campanha para a Junta do I. B. C. pudemos efetuar um teste a respeito do estado de espírito da classe sobre o assunto. A receptividade à idéia de renovação e a boa acolhida a novas tendências de arrematamento dos produtores (como é o caso do cooperativismo) confirmaram as nossas intuições sobre a necessidade de um arejamento dos quadros dirigentes das entidades rurais, permitindo que à experiência dos mais antigos se some a combatividade de novos líderes, em proveito único e exclusivo da lavoura.

"A S. R. B. não poderia ficar indiferente a essas aspirações, pois o nosso desejo e o nosso dever são exatamente o de refletir o pensamento da classe e dar-lhe fiel execução. Só assim se pode realizar o pressuposto de autenticidade da representação democrática que é a própria razão de ser das entidades de classe. Nos contatos que mantivemos durante a campanha em todo o interior e no próprio resultado do pleito procuramos a inspiração para o movimento de renovação, vitorioso já em relação à Junta do I. B. C. e que agora, harmoniosa e criteriosamente, vamos encetar dentro da própria S. R. B., com a colaboração de todos os quantos têm sido o sustentáculo de nossa tradicional entidade."

PRINCIPAIS MODIFICAÇÕES

Dentre as modificações de que cogita o dr. Costa Lima inclui-se a criação dos seguintes novos Departamentos: o de Cana de Açú-

car, o de Fibras e Oleaginosas, o de Cereais, o de Engenharia Rural, o de Fruticultura, o de Florestal, o de Eletrificação Rural, o de Tecnologia e Industrialização Rural, o de Crédito Rural e Extensão Agrícola, o de Política Agrícola e Social etc.

Os nomes mais cogitados para preenchimento desses novos Departamentos, dentro do critério de renovação mencionado, são os dos srs. Luiz de Almeida Prado, Fábio Salles Meirelles, Carlos Ludgero Pereira da Rocha, José Moraes Agudo, Fernando Álvares de Toledo Piza, José Rubens Bartholomei, Luiz Gonzaga Murat, Olímpio Ferreira Cintra, Carlos Whately Filho, Luiz Haffers Suplicy, Mário Barbosa Ferraz, Gabriel Borba de Moraes, Antonio Rodrigues Filho, Urbano Andrade Junqueira, Ribelli Marassi, Bento Salles, Monteiro da Gama e muitos outros.

Uma modificação destinada a encontrar grande repercussão é a que o dr. Costa Lima pretende propor para o Departamento de Café. Este seria desdobrado em dois, destinando-se um aos problemas gerais da rubiácea (provavelmente mantendo o nome de Departamento de Café) e outro seria destinado especificamente aos problemas de cooperativismo cafeeiro (Departamento de Cooperativismo Cafeeiro). Buscar-se-ia, assim, dar maior ênfase à penetração do movimento cooperativista na cafeeicultura. Para o novo Departamento de Café seria indicado o sr. Linneu Carlos de Souza Dias, ou, no caso de este ser destacado para o Departamento Econômico (em reorganização), um elemento das correntes jovens, como os srs. Fábio Salles Meirelles, Fernando de Toledo Piza ou Urbano Andrade Junqueira. Para o Departamento de Cooperativismo Cafeeiro, é pensamento do dr. Costa Lima convidar o sr. José Maria Teixeira Ferraz, o sr. Brasília Penteado Machado, o sr. Antonio Carlos A. Prado ou o sr. Francisco Junqueira Neto.

A CRIAÇÃO DA INDÚSTRIA DO CAFÉ SOLÚVEL NO BRASIL

Em reunião semanal da Sociedade Rural Brasileira a 26 de fevereiro transito, foi debatido o problema da implantação da indústria nacional de café solúvel, salientando-se a necessidade de se tomarem medidas de profundidade e com a máxima urgência para dotar o País desse instrumento de penetração de seu principal produto de exportação em novos mercados externos.

O assunto foi levantado pelo sr. Antonio Bento Ferraz, que salientou a oportunidade de se desenvolver um grande esforço naquele sentido no decorrer da próxima safra cafeeira (1962-63), a iniciar-se oficialmente a 1.º de julho. Fundamentando seu ponto de vista, afirmou o sr. Antonio Bento Ferraz que, "se quisermos de fato fazer do solúvel uma arma eficiente para ampliação das vendas de nosso café, devemos contar com uma indústria de grandes proporções e que desfrute de substancial apoio governamental, tanto para sua instalação como para a sua operação em competição com as grandes organizações do ramo que atuam no mercado internacional. Nessas condições, é necessário que o plano de implantação da indústria de solúvel disponha de grandes recursos financeiros, a serem utilizados sob a forma de financiamentos para a compra de equipamentos, participação no capital das empresas, crédito à comercialização etc. Ora, sabendo-se que na próxima safra cafeeira praticamente não haverá excedentes, a decorrência lógica é que, além de diminuir o "confisco cambial" (hoje de 22 dólares por saca), o governo federal ainda terá à sua disposição vultosas somas que não precisarão ser aplicadas na compra da parte não exportável. Seria, pois, a ocasião para aproveitar estes recursos no financiamento do plano da indústria nacional de café solúvel."

O assunto foi longamente debatido pelos participantes da reunião, acentuando o dr. João Baptista de Freitas Montenegro a necessidade de os cafeeiros se arremeterem para promover eles próprios a fabricação do solúvel. Aos produtores organizados em cooperativas ou em empresas auspiciadas pelas Associações da classe rural é que deveriam ser destinados os recursos que o governo aplicaria nesse setor, recursos esses que, segundo salientou, pertencem à própria lavoura, isto que originários do "confisco".

